

Brasil, crise da Covid-19 e resposta presidencial ¹

Brazil, Covid-19 crisis and presidential response

Rosinha Machado Carrion ²

RESUMO

O presente artigo de natureza teórico-empírica foi realizado durante o ano de 2020, com o intuito de contribuir à compreensão das condições que possibilitaram a emergência e a permanência no poder do “fenômeno Bolsonaro” em meio à pandemia da Covid-19, que contabilizava ao final do mês de agosto do mesmo ano, cerca de 4 milhões de pessoas contaminadas e mais de 118 mil mortos no Brasil. No que tange ao processo que conduziu Bolsonaro ao cargo de Presidente da República Federativa do Brasil constatou-se um exemplo de populismo compreendido como construção política com lógica social própria, cujas condições são dadas a partir de um corte no establishment em decorrência da insatisfação do povo para com a estrutura institucional vigente face ao não atendimento de suas demandas, o que abre espaço à substituição do governante no poder por um novo líder elevado à condição idealizada pelo povo (Laclau:2013). Já com relação ao perfil do Presidente Bolsonaro que emerge na gestão da pandemia do Coronavírus, constatou-se a presença de cumulativos atributos inerentes à prática política do fascismo, conforme descrito por Adorno (2007), Albright (2018), Safatle (2016).

Palavras-chave: Brasil. Coronavírus. Respostas presidenciais à pandemia. Populismo. Fascismo

ABSTRACT

The present article of a theoretical-empirical nature was carried out during the year 2020, in order to contribute to the understanding of the conditions that made possible the emergency and remained in the power of the “Bolsonaro phenomenon” in the midst of the Covid-19 pandemic, which accounted for at the end of August of the same year, about 4 million people were infected and more than 118 thousand died in Brazil. Regarding the process that led Bolsonaro to the post of President of the Federative Republic of Brazil, an example of populism was seen as a political construction with its own social logic, whose conditions are given from a cut in the establishment due to the people's dissatisfaction. to the current institutional structure in the face of not meeting their demands, which opens space for the replacement of the ruler in power by a new leader elevated to the condition idealized by the people (Laclau, 2013). Regarding the profile of President Bolsonaro that emerges in the management of the Corona virus pandemic, the presence of cumulative attributes inherent to the political practice of

¹ Artigo selecionado em modalidade Fast Track relativo ao Pré Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Editoria especial: Edgilson Tavares de Araújo (UFBA), Leonardo Prates Leal (UFAL), Maria Amelia Jundurian Corá (UFAL).

² Socióloga, Mestre em Sociologia das Organizações. Doutora em Administração, Pós-Doutorado em Estudos do Desenvolvimento. Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Atua como professora convidada junto ao Instituto Latino Americano de Estudos Avançados/ILEA da mesma Universidade. E-MAIL: carrion@ea.ufrgs.br

fascism was found, as described by Adorno (2007), Albright (2018), Safatle (2016).

Keywords: Brazil. Coronavirus. Presidential responses to the pandemic. Populism. Fascism

1. Introdução

“Nossas explanações sobre o passado ou sobre o presente são muito parciais para serem estendidas no tempo como previsões do que irá ocorrer <...> entretanto, se não podemos fazer previsões, podemos formular conjeturas plausíveis (Nun, 2000, p.6)

O presente artigo tem por objetivo contribuir para aportar luz às condições que possibilitaram a emergência e a permanência no poder do “fenômeno Bolsonaro” em meio à pandemia da Covid-19, a qual tendo chegado ao Brasil em fevereiro de 2020, contabilizava ao final do mês de agosto do mesmo ano cerca de 4 milhões de pessoas contaminadas e mais de 118 mil mortos. Que fenômeno político explica a ascensão de Bolsonaro ao poder em 2018? E como interpretar o ganho de popularidade que ele obteve conforme pesquisa recente (GAZETA DO POVO: 2020), apesar do modo como tem gerenciado a crise do Corona vírus? Para tal o artigo foi organizado em seis sessões. A primeira sessão nos remete à origens da formação histórica do Brasil no que tange à constituição do sistema de poder e à organização da estrutura social onde ganham destaque, de um lado, o modelo patrimonialista de poder e, de outro, a organização das posições sociais em uma estrutura que guarda resquícios do período de dominação colonial. A segunda sessão é dedicada à caracterização teórica do fenômeno político do populismo, bem como aos atributos de sua vertente fascista.. A terceira apresenta elementos que caracterizam o cenário do avanço da Covid-19, no Brasil, e as respostas do Presidente Bolsonaro. A sexta e última sessão buscam organizar as respostas à nossa questão de pesquisa à luz das evidências empíricas e da argumentação teórica acima construída. O artigo se encerra com um conjunto de considerações finais acerca do governante Bolsonaro e sua relação com o povo e a sociedade brasileira.

1. Elementos da formação histórica da sociedade brasileira:

Durante *live*, realizada em 12/08/2020, como parte das comemorações dos 100 anos do economista Celso Furtado, Rubens Ricupero, economista e jurista, diplomata brasileiro aposentado, *former* embaixador do Brasil na Itália e nos Estados Unidos e Embaixador e Representante Permanente da Organização das Nações Unidas em Genebra, em sua análise sobre o futuro do Brasil, assim se pronunciou:

“existem três obras fundamentais à compreensão da sociedade e da política brasileira: Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre; Raízes do Brasil de Aurélio Buarque de Holanda e História Econômica do Brasil de Caio Prado Junior, às quais pode-se somar, pela atualidade, originalidade e totalidade a obra “A Formação Econômica do Brasil” (1967) de Celso Furtado. (Ricupero, 2020)

Dentre as quatro obras referidas por Ricupero destacamos duas: Casa Grande e Senzala, publicada em 1933, na qual Freyre - contrariando a tese de Francisco José de Oliveira Vianna (1923)ⁱ, que postulava com base nas teorias do racismo científico a existência de uma correlação positiva entre posições sociais e “capital eugênico” na sociedade brasileira - defende que a miscigenação racial, não se constitui em elemento de degradação da sociedade brasileira como postulava Viana, mas pelo contrário, é parte constitutiva da identidade nacional e da grandeza do país.

A segunda obra que gostaríamos de destacar, é Raízes do Brasil. Publicada em 1936 nela, Buarque de Holanda, fortemente influenciado pelas ideias liberais durante os dois anos vividos em Berlim (1929/1930) como correspondente internacional nos quais teve a oportunidade de acompanhar o nascimento da República de Weimer, apresenta um diagnóstico sócio histórico da sociedade brasileira através do qual busca oferecer respostas aos desafios políticos e sociais enfrentados pelo Brasil de então, de um modo particularmente inovador quando comparado às pesquisas realizadas na época. Nesta, considerada sua obra maior, tendo captado o momento e a tensão política que atravessava o país tendo como atores, de um lado a pequena burguesia industrial em constituição nas cidades e, de outro, os tradicionais caciques rurais representantes das oligarquias agrárias que comandam o país com mão de ferro, apresenta um detalhado ensaio no qual identifica desafios e sinaliza o caminho a ser seguido pela sociedade brasileira de modo a conseguir dotar o país de um regime efetivamente democrático.

Compactuando a posição de Freyre no que tange ao reconhecimento que a posição social inferior de negros na sociedade brasileira, se devia não a atributos genéticos, conforme a tese de Oliveira Vianna, mas ao fato de sua incorporação à vida econômica ter se dado na condição de escravo e, portanto, destituído de direitos sociais, políticos e econômicos, Buarque de Holanda distancia-se, entretanto, de Freyre com relação às questões de ordem política e da mestiçagem. Enquanto o autor de Casa Grande e Senzala busca “minimizar as barbaridades do período colonial e da escravidão ressaltando a proximidade social entre colonizadores e colonizados, entre senhores e escravo” (Costa:2014:832) e associa aos portugueses a imagem do “bom senhor”, Holanda para quem os problemas sociais e políticos do país se devem em grande parte à colonização portuguesa, rejeita a tese de Freyre no que se refere tanto à mestiçagem como um elemento agregador do branco, do negro e do indígena, quanto à idealização dos portugueses como bons senhores. Para Holanda as relações sociais no interior do patriarcado rural, a estrutura de poder característica das extensas propriedades rurais brasileiras dos anos 1930, se constitui no “*grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos*” (HOLANDA: 1978: 53), assegurando ao proprietário da terra um poder total sobre a vida do escravo, de sua família e dos trabalhadores “supostamente livres”, que trabalham sob suas ordens. Modalidade de poder essa que assume a característica daquilo que Mbembe (2016) denomina de estado de soberania:

“a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é *descartável* e quem não é <..> e cuja “expressão máxima reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais, de tal modo que exercer a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (Mbembe, 2016, p,135).

Conforme Holanda a possibilidade de constituição do Brasil como um país independente e soberano dependeria da constituição de um sujeito político autônomo representativo das classes populares e capaz de se insurgir contra um sistema social similar ao de castas através do qual “as pessoas eram classificadas como brancas, negras ou índias e socialmente posicionadas conforme estas classificações” (COSTA, 2016, p.833).

Desmontar o sistema patriarcal de poder responsável pela contradição estrutural entre uma oligarquia governando o país e instrumentalizando o Estado em benefício de seus interesses de classe, e o povo excluído dos benefícios do progresso, como condição essencial à construção de uma sociedade justa.

Um terceiro elemento do modelo de análise da sociedade brasileira proposto por Holanda é a imagem do brasileiro como o homem cordial, através do qual o historiador:

“não buscou destacar nem a generosidade, nem a inocência dos brasileiros. Tampouco se trata de uma gentileza no sentido de uma simpatia ritualizada, Buarque de Holanda entende por *cordialidade* a tentativa constante de personalizar todas as interações interpessoais <...> o homem cordial não quer ser tratado como apenas mais um entre milhões de cidadãos. Ele corresponde a um sistema político no qual apenas amizades e lealdades pessoais são relevantes” (Costa, 2014, p. 834).

A conduta e a forma de sociabilidade praticadas pelo homem cordial, como resposta adaptativa à um sistema político-administrativo que embora possa ter sido formalmente concebido nos termos do modelo burocrático weberiano de impessoalidade, é operado por funcionários “patrimoniais” motivados por lealdades e compromissos pessoais de natureza clientelista. Entendendo-se o clientelismo como um sistema de relações interpessoais no interior do qual, os bens públicos são privatizados, e o acesso à direitos ao invés de ser assegurado, é discricionariamente concedido pelos “donos do poder”, como uma forma de favor e generosidade pessoal.

...e, quando assim mesmo surgem conflitos, falta o repertório institucional e pessoal necessário para resolvê-los de maneira pacífica e argumentada, razão pela qual os conflitos, no geral, terminam de forma trágica. Portanto, a predisposição à violência não é o oposto da cordialidade: a violência é característica necessária e inerente ao “homem cordial” na medida em que qualquer antagonismo é interpretado como ameaça à existência deste modelo de personalidade e sociabilidade (Costa, *ibid.*, p. 835)

A pergunta que fica é: em que medida elementos da estrutura de poder e de sociabilidade identificados por Holanda em 1936, portanto há quase 100 anos como característicos da sociedade brasileira contribuem ainda hoje para nos ajudar a interpretar a resposta do governo brasileiro à pandemia do Corona vírus que se abateu sobre o Brasil, em 2020?

2. O fenômeno político do populismo e o fascismo na política.

2.1. O Populismo, uma construção política com lógica social própria.

Outra categoria que passamos a tratar, agora, por acreditarmos ser também fundamental à compreensão do processo que culminou na eleição do capitão da reserva, Jair Bolsonaro, à presidência da República Federativa do Brasil e sua permanência no poder, apesar do modo como tem se posicionado face à pandemia do corona vírus, é o populismo.

Conforme Laclau (2013), o populismo é uma construção política com lógica social própria, cujas condições são dadas a partir de um corte no *establishment* em decorrência da insatisfação do povo para com a estrutura institucional vigente face ao não atendimento de suas demandas. Abrindo-se, assim, espaço à substituição do governante no poder por um novo líder elevado à condição idealizada pelo povo.

Distintamente de Rosanvalon (2020), que associa o fenômeno do populismo à uma dimensão menor da democracia, para o sociólogo argentino, ele é o “caminho para se compreender algo sobre a constituição ontológica do político enquanto tal”

Para Chantal Mouffe (2020), companheira e coautora de diversas obras com Laclau, a essência da política reside na criação de um *nós*, por contraposição a um *eles*, processo este no qual ela destaca a importância do afeto, como categoria que contribui à formação de uma identidade coletiva. A construção política de um inimigo externo, que pode ser a monarquia, a casta política, o establishment, os marajás, etc. vivenciado como ameaça e contra o qual todos deverão reunir forças para derrotar, como uma das condições de base à consolidação dos movimentos populistas.

A luta contra um “inimigo” real ou imaginário, e as demandas que não encontram resposta no poder constituído sendo canalizadas em torno de um significante vazio capaz de unir na luta segmentos sociais que tomados individualmente podem corresponder a posições econômico-sociais e políticas até mesmo antagônicas. O inimigo comum operando como o elemento e condição à constituição da identidade do povo. Uma identidade ⁱⁱ negativa que se constitui “no bojo de uma tensão entre a lógica da diferença (entre as demandas de segmentos sociais distintos) e a lógica da equivalência (o reconhecimento de uma irmandade face a presença de um inimigo comum), o que significa que no *locus* da totalidade existe uma tensão” permanente. (Laclau, 2013, p.119).

Para pensar o populismo nos termos propostos por Mouffe e Laclau, não basta todavia considerar a presença de demandas não atendidas pela arquitetura institucional e a construção real ou imaginária do inimigo em comum. Uma terceira condição consiste na unificação das várias demandas, até então articuladas por sentimento difuso de solidariedade, em “um sistema estável de significados” a ser representado por um significante vazio. Vazio, não no sentido de vago e indeterminado, mas “por homogeneizar a tarefa simbólica de sintetizar a experiência populista”ⁱⁱⁱ. (Laclau, 2013, p.15).

No caso do projeto político populista que conduziu à eleição do cidadão Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil, podemos pensar na “lava jato”, a luta contra a corrupção como o significante vazio, aglutinador das demandas não atendidas. A lava jato enquanto representação simbólica da luta anticorrupção exercendo o lugar de palavra de ordem ou significante vazio de sustentação à constituição da identidade coletiva que assegurou a eleição do presidente Bolsonaro. Construção imaginária essa na qual o inimigo comum simboliza para uns, entre outros fatores, o comunismo, ao qual associavam a destituição da propriedade, a destruição da família e dos valores religiosos e, para outros, o comprometimento das margens de lucro. Mas para todos simboliza um *outro*, um inimigo de cuja derrota dependia a sobrevivência do coletivo, portanto contra quem todos deveriam se reunir e lutar.

Outra categoria de análise do populismo privilegiada por Laclau, é o discurso. A partir da compreensão do campo do social como uma “guerra de trincheiras” em meio ao qual, distintos projetos políticos lutam por espaço tentando articular em torno de si o maior número de demandas, de apoios e de aliados, a análise do discurso se institui em ferramenta indispensável à compreensão do objeto dessa disputa. O discurso, ou práticas discursivas compreendidas como “quaisquer conjuntos de elementos - não restrito portanto à fala e à escrita - nos quais as relações (entre os elementos) desempenham o papel constitutivo” (Laclau, 2013, p.115) pois, sendo os significantes polissêmicos, é a relação entre os elementos que possibilita a apreensão do sentido.

A relevância atribuída à categoria discurso devendo-se também ao caráter flexível, aberto dos significantes vazios, que conduzem ao Projeto Político. Tomemos como exemplo a disputa política pelo significado do

significante vazio reforma agrária. Para o governo, ou para a formulação de uma política para a agricultura familiar ela adquire um sentido, para uma política patrocinada pelo Banco Mundial (BIRD) e atrelada à lógica de mercado, outro; já para o agricultor ela pode significar tanto a concentração da propriedade, como a dificuldade de acesso à terra, enquanto para o agronegócio provavelmente será interpretada como uma ameaça.

Quando demandas heterogêneas são associadas a um mesmo *significante vazio*, o sentido deste *significante* deixa de ser literal e assume status de uma metáfora, como o exemplo que nos é oferecido por Andrès (s/data), no caso do *significante reforma agrária*, cujo significado remete, simultaneamente, ao acesso à terra; à mudanças estruturais no campo; à um novo modelo de relações sociais de produção, à expropriação da propriedade privada. O que significa também dizer que analisar o discurso implica em analisar o deslocamento de sentido que ele opera. Deslocamento entendido como situações nas quais os elementos de amarração são afrouxados precisando de um restabelecimento.

Quando determinado discurso não é capaz de se apresentar imune frente às contestações que emergem, fica evidenciado o seu caráter contingente e uma crise de sentido se instala.

A terceira categoria de análise proposta por Laclau à análise do fenômeno do populismo, é a de hegemonia, a qual para pressupõe para além da simples aliança de interesses, e podemos ler aqui de “demandas não atendidas”, um conjunto de valores e uma ideologia em oposição ao poder instituído.

Conforme afirma Cavalcanti Alves (2010, p.85), por referência à Laclau: “essa liderança intelectual e moral, que pressupõe o compartilhamento de ideias e valores por vários grupos sociais é a base da formação de uma vontade coletiva

Compreendida como representativa da situação na qual uma determinada identidade em um determinado contexto histórico passa a representar, a partir de uma relação equivalencial múltiplos elementos, uma nova hegemonia se instala a partir do momento em que um determinado conjunto de princípios morais e uma ideologia emergem, em meio e em contraposição às instâncias de poder constituído. Poder ou processo histórico este que não é mais capaz de responder às necessidades sentidas e experimentadas como prementes por diferentes segmentos da sociedade unidos em torno de um *significante vazio* e movidos pela luta contra um inimigo comum.

Como se pode observar, a ideia de hegemonia proposta por Laclau e Mouffe (2004) encontra respaldo na noção de falta constitutiva do sujeito, presente na teoria lacaniana, segundo a qual todas as identidades são constituídas de modo incompleto e, portanto precário, seja em função da sua própria articulação incompleta de sentidos, seja a partir da relação com outras identidades do sujeito, seja, ainda, por sua negação, a partir de seu corte antagônico. (MENDONÇA & PEIXOTO, 2008, p. 30).

Assumir a posição hegemônica “é *exatamente cumprir essa função de preenchimento*, afirma Laclau (2011, p.78).

Uma última questão que gostaríamos de abordar no que tange ao poder de *emprise* do líder sobre o povo - compreendido como o sujeito político coletivo cujas demandas individuais são agrupadas através do processo de equivalência em um *significante vazio* comum) – é a resposta de sujeitos individuais quando em situação de massa.

Conforme Freud (1981), o indivíduo sob o efeito da massa adquire uma alma coletiva, um sentimento de potência absoluta (*toute puissance*) sob o qual ele cede a instintos que de outro modo refrearia. O sentimento de responsabilidade e a consciência moral desaparecem o que possibilita o processo de contágio mental sob efeito do qual ele sacrifica mais facilmente seu interesse pessoal ao interesse coletivo tornando-se capaz de atitudes impensáveis fora do contexto da massa. Sobre o indivíduo operando, igualmente o processo de sugestão que corresponde ao estágio no qual tendo o indivíduo perdido sua personalidade

consciente, ele passa a obedecer às sugestões do operador da massa, o que pode induzi-lo a atos contrários ao seu caráter e atitude.

Sob o efeito da massa o indivíduo entra em estado de fascinação e se coloca nas mãos do hipnotizador. A perda do controle de si possibilitando a emergência ou a exacerbação de outras faculdades que podem conduzi-lo a situações extremas na medida em que o processo de sugestão do qual ele foi feito presa se estende também aos demais indivíduos da massa, de tal modo que o mesmo indivíduo que tomado isoladamente, pode ser uma pessoa culta, em situação de massa, é capaz de atos de barbárie.

Ao analisar a especificidade do que denomina de “alma da massa” Freud afirma ainda: “a massa não conhece incerteza, nem dúvida e é extraordinariamente sugestionável e crédula e destituída de espírito crítico” (1981, p.133).

A seguir Freud se debruça sobre o processo de identificação, que qualifica como “expressão primeira do vínculo afetivo com outra pessoa” (1981, p.167) vínculo, ou “laço afetivo” que a criança desenvolve com o pai, tomado como modelo, como aquilo que ela gostaria de ser. A identificação com o fundada sobre a capacidade ou a vontade do sujeito de se colocar em situação idêntica à dele o que leva Freud a afirmar: “o vínculo de reciprocidade que se estabelece entre os indivíduos na massa é da mesma natureza que esta identificação cuja origem remete ao laço afetivo original ao pai”. (op. cit. 171).

A partir daí, o pai da psicanálise retoma a figura do ideal do eu, figura essa a qual atribui a função de consciência moral, para destacar que:

“lá onde o indivíduo não encontra satisfação em seu próprio eu, pode buscar essa satisfação em um ideal do eu diferente de si, objeto esse investido de pulsão afetiva que passa a operar em substituição ao eu ideal e que “se pode dizer absorve o sujeito” (1981, p.177)

Processo este que leva ao desaparecimento da capacidade crítica do sujeito, de tal modo que tudo aquilo que o objeto – e aqui pode-se ler a figura do líder - faz e exige, é tomado como bom e inquestionável. A identificação narcísica ao líder vindo “tamponar” o conjunto de perdas (ou demandas não atendidas) não equacionadas pelo sujeito, de tal modo que em seu imaginário as vitórias e conquistas do líder, do mesmo modo que as derrotas e ameaças por ele sofridas, são vivenciadas pelo sujeito como vitórias e conquistas ou ameaças e derrotas pessoais.

2.2. Elementos do Fascismo.

Como advoga Madeleine Albright (2018, p.17) o “fascismo deve ser visto menos como uma ideologia política e mais como uma forma de tomar e controlar o poder”.

Com relação às práticas adotadas para a apropriação do poder pelos “caciques fascistas” conforme a denominação por ela proposta para catalogar homens como Erdogan e Trump, ela identifica como traço comum a eles o estabelecimento de uma ligação emocional com a massa e agrega:

“quanto mais dolorosa for a origem da mágoa, mais fácil é para um líder fascista ganhar seguidores e oferecer a expectativa de renovação ou prometer restituir-lhes o que perderam” (Albright, 2018, p.17).

Primeira mulher a exercer o cargo de Secretária de Estado nos Estados Unidos, responsável pela cátedra de Diplomacia na George Town University, em Washington e ferrenha adversária do autoritarismo que identifica como personificado na figura de Trump, Madeleine (2018, p.18) identifica o fascismo como um regime político ungido pela raiva, sustentado por ameaças e o medo, que tem à frente governantes que à exemplo dos movimentos evangélicos seculares exploram o desejo humano de participarem de uma causa

universal, oferecendo como recompensa “a condição de membros de um clube do qual os outros, frequentemente ridicularizados são deixados de fora”.

Relembrar que seu acesso ao poder se deu através do voto, para legitimar atos arbitrários; empregar falsas narrativas e visões ignorantes de raça e religião; exacerbação fanática do nacionalismo; cercar-se de agentes responsáveis por espalhar mentiras pelo Facebook e websites de segunda linha; identificação profunda com um determinado grupo e descaso para com os direitos dos demais, bem como usar de todos os meios, inclusive da violência, para atingir seus objetivos, eis algumas das estratégias identificadas por Albright como comuns entre governantes fascistas.

Com base em estudos realizados pelo Programa de Pesquisa em Antissemitismo da Universidade de Columbia, no período pós II Guerra Mundial dedicados à análise de extensa amostra de pronunciamentos e propagandas antidemocráticas e antissemitas, Adorno delinea os principais traços da ideologia fascista, os quais como se pode observar, apontam para atributos e questões muito similares aos que seriam apontados, cerca de 50 anos depois por Madeleine Albright. O que significa que os anos passam, muda o nome do governante no poder, mas o fascismo como expressão de violência, de banalização do mal, de desrespeito aos direitos humanos, de práticas genocidas, permanece vivo entre nós.

Uma primeira característica do discurso fascista destacada por Adorno (2007, p.138), é o desejo de

“convencer as pessoas *manipulando seus mecanismos inconscientes*, e não apresentando ideias e argumentos” <...> a técnica oratória dos demagogos fascistas é de natureza astuciosamente ilógica”, mais do que isso: programas políticos positivos, postulados, ou quaisquer ideias políticas concretas desempenham um papel menor quando comparados aos estímulos psicológicos direcionados à audiência.

A imprecisão relativa à linguagem e aos fins políticos, como característica inerente ao próprio fascismo na medida em que como os seguidores acabarão sendo trapaceados e, é essencial à regra autoritária poder exercer-se sem limites, é prudente evitar afirmações que no futuro possam ser cobradas.

Já no que se refere ao modo de descrever o agitador fascista, ele se apresenta como um cidadão saudável, pobre mas honesto e “com instintos robustos, como altruístas infatigáveis” (op.cit. 2007), que busca aparentar um caloroso interesse humano e, sobretudo passar a imagem do homem comum, modesto recusando qualquer pretensão à superioridade de modo a parecer tão frágil e tão simples quanto seus irmãos, o povo. Dotado, entretanto, e isso o que o distingue dos “irmãos” de grande capacidade de liderança. Descrição esta a qual podemos acrescentar que ele se apresenta como o homem capaz de conduzir o povo à redenção, ao paraíso como metáfora ou não da crise em que se encontra.

Como segunda característica da propaganda fascista, o filósofo alemão que conheceu a primeira e a segunda guerra mundial, destaca a substituição dos fins pelos meios, de modo a apresentar o agitador como portador de um projeto de renascimento, que cabe a ele (o agitador) conduzir não por apreço ao poder mas pelo mais puro altruísmo e identidade ao povo, do qual ele se apresenta como um simples representante.

Outra característica do fascismo destacada por Adorno é a ênfase atribuída à propaganda fascista aos meios, de sorte que ela acaba se transformando no conteúdo último, operando “como um tipo de *realização do desejo*”^{iv}. Podemos pensar aqui, no desejo narcísico do filho de se identificar ao pai descrito por Freud.

“Este é um de seus mais importantes padrões. As pessoas são convidadas a entrar, tal como se compartilhassem uma droga. Elas são recebidas com confiança, tratadas como se fossem da elite <...> o prazer de bisbilhotar é também encorajado (op.cit. 139-140).

A construção de fantasmas imaginários, é também um elemento a considerar quando se trata da propaganda e do agitador fascista. Ele cria fantasmas que ataca, para se fazer de vítima perante seus apoiadores.

Conjunto de características e atributos como as acima arroladas, que fazem parte de uma discurso consciente e astuciosamente planejado e organizado.

No que tange à mentalidade do fascista, Adorno acrescenta (op.cit. 143-145)

“ainda que seja verdade, entretanto, que a mentalidade do agitador fascista reflita em alguma medida a confusão mental de seus possíveis seguidores, e também de seus líderes, serem eles próprios “de tipo histérico ou mesmo paranoico”^v, eles aprenderam a partir da vasta experiência e do exemplo enfático de Hitler, como utilizar suas próprias disposições neuróticas ou psicóticas <...> os típicos líderes fascistas <...> não conhecem inibições <...> violam tabus.

O pensamento de Adorno nos remetendo aqui ao sentimento gozo, no sentido laciano do termo, experimentado pelos seguidores da liderança fascista, os quais em um mundo de violência onde a figura do pai encontra-se fragilizada, entre outras razões pela crise no mercado de trabalho (Safatle, 2018) tem nesse pai “forte” que viola os tabus um momento de *soulagement* de repouso, de retração de sua própria ferida narcísica.

Conforme Safatle (2016, p. 74-75) ao enfrentar o sistema:

“ os líderes fascistas permitiriam a manifestação do ressentimento contra uma Lei que em larga medida, fora compreendida como a repressão paga com a moeda da perpetuação da culpabilidade^{vi}.

Esse ressentimento, é a astúcia da conservação que alimenta a força da revolta. Assim a suspensão periódica da culpabilidade que sustenta o vínculo social poderá equivaler a uma espécie de festa como lembra Freud ao afirmar que:

Seria perfeitamente imaginável que a separação entre ideal do eu e eu não fosse suportada de maneira permanente e tivesse que regredir temporariamente. Apesar de todas as renúncias e restrições que são impostas ao eu, a violação periódica das proibições é regra, como mostra, afinal a instituição das festas, que originariamente não são outra coisa senão excessos ordenados pela lei e também devem seu caráter alegre a essa liberação (Freud, 2011, p.137, apud Safatle, 2016)

A transgressão, o grotesco, a opressão do inimigo fantasmagoricamente construído como elemento constituinte de uma prática e sistema político, que à exemplo do circo romano para se manter no poder necessita periodicamente propiciar o gozo perverso ao povo.

3. O Brasil no momento de chegada da Pandemia do Covid-19.

Quando a pandemia da Covid-19 começa a se expandir no Brasil, em março de 2020, ela encontra o país em meio a uma crise de natureza estrutural, que se estende pelas diferentes dimensões da vida da população, sendo responsável pela presença de 55 milhões de brasileiros, ou seja, um quarto da população do país vivendo abaixo da linha de pobreza (Senna, p. 2020).

Na educação a situação não é menos dramática. O sistema educacional público vive um regime de contingenciamento de recursos sem precedentes, que ameaça o funcionamento das universidades públicas face à drástica redução das verbas e das bolsas de pesquisa situação essa que começa a inviabilizar o prosseguimento de pesquisas estimulando, paralelamente, a emigração de cérebros para países centrais. Paralelamente o governo promove a exclusão da obrigatoriedade do currículo do ensino médio de disciplinas da área das ciências humanas e sociais, como Geografia, Filosofia, Sociologia nos aproximando, perigosamente, do ocorrido durante os anos de chumbo. Como parte do projeto de desmonte do sistema educacional, que considera contaminado por ideologia de esquerda o governo lança o “Future-se”, programa de natureza ideológica para a Educação, idealizado pelo Governo Bolsonaro e que “flerta” abertamente com a privatização do ensino público e a instrumentalização político-ideológica de direita da educação no Brasil.

Em paralelo, apesar do Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO que monitora e analisa em 191 países, abrangendo cerca de 1,6 bilhões de crianças e adolescentes no mundo os impactos da pandemia na educação, ter revelado o aguçamento das desigualdades nas condições de ensino-aprendizagem devido, entre outros fatores às disparidades na situação habitacional dos alunos bem como ao nível de familiaridade e às condições de acesso às tecnologias digitais e à internet, o então Ministro da Educação Nacional Abrahan Weintraub, insiste em manter a data originalmente prevista para a realização do ENEM^{vii}, o exame que avalia e faz o ranking dos candidatos à entrada nas concorridas universidades públicas brasileiras.

Ao conjunto de fatores supra referidos soma-se o risco futuro de se fazer do uso das tecnologias digitais adotadas emergencialmente, num primeiro momento apenas pelas instituições privadas de ensino, como regra para o ensino público. Lembrando que o aporte do conteúdo escolar em meio à pandemia, é cercado de uma grande diversidade de situações ainda pouco exploradas e, principalmente, de grande desigualdade – contrariando assim o que estabelece a Constituição Federal de 1988 ao tratar dos objetivos fundamentais da República.

Conforme alerta a Intercept Brasil estaríamos assistindo à emergência de uma “Doutrina de Choque da Pandemia” com o formato, em clara alusão ao pacto do *New Deal* firmado após a II Guerra Mundial, de um *Screen New Deal* com potencial altamente lucrativo e com tendência para se estabelecer como norma passada a pandemia. Pois, por que dentro de uma lógica que privilegia o lucro, investir em infraestrutura dispendiosa para a realização de cursos, de aulas e do conjunto das atividades de formação em geral, se o ensino pode ser ministrado por via eletrônica? Previsão essa que vem se verificando com a possibilidade, em um futuro próximo, de drástica redução do contato interpessoal professor-aluno nos processos de ensino aprendido, com o comprometimento consequente tanto na qualidade do serviço prestado, como no número de profissionais de ensino. Visão mecanicista e mercenária, que desconsidera a importância do contato social e do processo de socialização, que a escola oportuniza, para o desenvolvimento humano e a formação do cidadão.

Se não for controlada a onda, e a voracidade dos interesses econômicos que sustentam o avanço da chamada “inteligência artificial” como recurso único e inquestionável (vale lembrar que foi assim também quando do interesse em vender a “globalização”) com a vantagem adicional – conforme argumentam seus defensores - de otimizar o tempo, esse recurso tão caro ao capitalismo, acabaremos engolidos por um sistema que além de já permitir o rastreamento de nossas palavras, de nosso deslocamento, e o desrespeito à nossa privacidade, essa conquista maior que inaugurou o período moderno na história da humanidade, já é hoje sustentado por uma massa de trabalhadores anônimos, precarizados e confinados no espaço insalubre dos *calls centers*, de unidades de processamento de dados e de centros de distribuição de produtos e, tantas outras formas e modalidades predatórias da atividade humana e do trabalho. Situação esta que induziu recentemente à denúncia e processo movido pelos sindicatos franceses, contra a unidade

da Amazon em Paris, por expor os trabalhadores encarregados do despacho de mercadorias adquiridas *on line*, ao risco de contaminação pelo corona vírus.

Ainda com relação às condições de trabalho quando da chegada da Covid-19 ao Brasil, a crise mundial do emprego atinge também os trabalhadores brasileiros não apenas sob a forma de desemprego como, igualmente, da dilapidação dos direitos sociais do trabalho acuados pela recente reforma trabalhista, implementada no primeiro ano do governo Bolsonaro, que retirou dos trabalhadores brasileiros direitos sociais conquistados ao longo de anos de lutas. Milhões de trabalhadores não tendo hoje outra alternativa de sobrevivência que a informalidade situação que atingia cerca de 40 milhões de trabalhadores em nosso país, já antes da pandemia.

Também na saúde a situação já era precária, com o desmonte progressivo do Sistema Único de Saúde, o SUS devido à redução progressiva e constante do volume de recursos historicamente repassados pelo Governo Federal para o setor, o que além de ferir o direito à saúde assegurado pelo artigo 196, da constituição federal de 1988, já vinha comprometendo as condições de trabalho dos profissionais do setor em momento anterior à chegada da pandemia do covid-19.

O Brasil quando da chegada do Corona vírus ao país já enfrentava, assim, uma crise de natureza estrutural caracterizada por históricas contradições e desigualdades mascaradas, conforme Jessé de Souza (2006), pelo discurso da meritocracia. A meritocracia enquanto sistema perverso de classificação social que cristaliza a desigualdade no acesso ao mercado de trabalho; ao desenvolvimento intelectual; ao conjunto de bens culturais, econômicos, simbólicos... e cujos deletérios efeitos históricos seriam sustentados, conforme a tese de Jessé pela manutenção ainda hoje viva e atuante na sociedade brasileira do ideário colonialista que alimenta e justifica o racismo, o sexismo, a homofobia dentre outras manifestações de perversidade. Uma crise que plagiando a expressão do escritor americano Philip Roth (2001), tem no racismo a *mancha humana*.

A pandemia da Covid-19 tendo vindo, pois, lançar luz, dar visibilidade, aguçar a profunda desigualdade econômica e social pré-existente na sociedade brasileira.

4. RESPOSTA DO PRESIDENTE BOLSONARO À EXPANSÃO DA COVID NO BRASIL

Tendo-se presente o referencial teórico até aqui apresentado pergunta-se o que dizer da conduta do presidente Jair Messias Bolsonaro face à presença Covid-19 no Brasil?

Em 24 de março de 2020, em pronunciamento oficial que vai ao ar em cadeia nacional de TV às 20:30 pelo horário de Brasília, contrariando as recomendações de autoridades sanitárias nacionais e internacionais, entre elas a OMS, o presidente Bolsonaro acusa a imprensa nacional, por divulgar os riscos à vida introduzidos pelo novo corona vírus, de promover uma “*verdadeira histeria*” declaração essa acompanhada do escárnio dirigido a governadores e prefeitos, que começam a tomar medidas indicadas por autoridades sanitárias nacionais em internacionais com vistas à proteção da população face à pandemia.

Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e confinamento em massa^{viii}
(24/03/2020)

Ainda no mesmo pronunciamento realizado em cadeia nacional de televisão ele declara:

“O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós, e brevemente passará” e, adiciona: “No meu caso particular, com meu histórico de atleta, caso fosse contaminado, não precisaria me

preocupar, nada sentiria ou seria quando muito acometido de uma gripezinha, ou resfriadinho^{ix}.

Em 03/04/2020 a OMS já tendo decretado estado de pandemia, insistindo em minimizar os efeitos da pandemia, Bolsonaro declara:

“[A população] morre de gripe comum, morre de H1N1...”

O que dizer quando o Presidente insiste no emprego da hidroxicloroquina um medicamento utilizado no tratamento da febre amarela para combater o Corona vírus, quando estudos científicos realizados por centros de pesquisa em epidemiologia mundialmente reconhecidos, apontam efeitos colaterais danosos à saúde associados ao uso do referido medicamento e, desaconselham firmemente seu uso como estratégia de combate à Covid-19?

“Não tem efeito colateral [a cloroquina]. 07/05/2020.

“Há quase um consenso na classe médica sobre esse assunto, a cloroquina.” 13/05/2020.

O que dizer do fato dele ignorar a ocorrência de mortes por falta e/ou dificuldade de acesso a equipamentos apontados pelos profissionais como fundamentais à preservação da vida em casos graves da doença provocada pelo Covid-19, apesar da notícia ter sido amplamente divulgada pela imprensa nacional?

“Ninguém faleceu, pelo que eu tenho conhecimento, pode ser que eu esteja equivocado, por falta de UTI ou respirador. Então o vírus é uma coisa que vai pegar em todo mundo. Não precisava ter grande parte da imprensa criado esse estado de pânico junto à população”.
(04/06/2020)

“Não se tem notícias, ou seriam raras, de filas em hospitais por falta de leitos UTIs ou respiradores.” 09/08/2020

E, quando cerca de quatro meses após a primeira denúncia da situação acima referida o Presidente insiste em permanecer em estado de ignorância?

“Pelo que eu sei, ninguém morreu por falta de EPI ou respirador [no Brasil]” 18/08/2020

E o que dizer quando esse mesmo mandatário, o Presidente Jair Messias Bolsonaro responde ao jornalista que lhe indaga sobre depósitos em dinheiro, na conta de sua mulher (do mandatário) cuja origem está sob suspeita de corrupção?

<gostaria> “de encher tua boca com uma porrada, tá” (23/08/2020).

E, quando a declaração vem à tona, ele, o presidente, afirma que sua fala teria sido motivada por ofensa do jornalista em questão à honra de sua filha e, complementa afirmando que o referido jornalista teria dito que: “iria visitar sua filha (dele, o mandatário) na prisão”.

O que dizer quando comprovada a falsidade da declaração presidencial - o que obrigou apoiadores seus a retirarem da internet postagens que passaram à na condição de fake News – o Presidente se vale da oportunidade oferecida por um evento público para agredir gratuitamente o conjunto da categoria dos profissionais de imprensa aos quais se refere utilizando a expressão chula, depreciativa e grotesca “bundão”?

E, o que dizer quando em contraposição à orientação dos profissionais de saúde para que a população utilizasse a máscara - em um momento em que a pandemia já havia contaminado cerca de quatro milhões de pessoas no Brasil; levado à óbito mais de 115 mil e a capacidade de ocupação das UTIs do país ameaçava entrar em colapso - o Presidente Jair ironiza a importância do uso deste equipamento de proteção recomendado pela comunidade médica nacional e internacional como eficaz e fundamental à contenção do avanço da pandemia?

"Tem algum médico aí? Eficácia dessa máscara é quase nenhuma" (19/08/2020)

E o que dizer quando ele insiste em afirmações insustentáveis, pois sem fundamento em dados?

"Tem aumentado o número de suicídios pelo desemprego." (16/07/2020)

E de alguém que detendo o poder de ordenar ao conjunto das autoridades do país a tomada das medidas necessárias à proteção da saúde e da vida da população no combate ao Corona vírus, se omite e diante do crescimento vertiginoso das mortes afirma:

os que estão morrendo, lamentavelmente, não tem como evitar a morte deles." (22/05/2020).

Afirmção essa igualmente improcedente, pois como é amplamente divulgado e sabido equipamentos de proteção, como as máscaras individuais reduzem o contágio e protegem a vida.

O que dizer quando o Presidente afirma face o agravamento da pandemia no Brasil:

"Tô de mãos amarradas por decisão do STF que delegou estados e municípios essas medidas." (26/05/2020)

"Você sabe que o STF decidiu que quem fecha ou não o comércio são os estados e municípios. Eu gostaria de poder participar disso tudo." (28/05/2020)

"Quem é responsável pela política de isolamento e de tudo que tem a ver com o comportamento do povo? São os governadores e prefeitos." (11/06/2020)

"O Supremo Tribunal Federal, no meu entender, uma crítica que eu faço construtiva, errou ao dizer que cada estado cuide da melhor maneira que lhe aprouver dessa questão [das medidas de isolamento]." (15/06/2020)

"Primeiro que essa política passou a ser privativa dos governadores e prefeitos. O presidente da República em praticamente nada pôde interferir nessa política, então se ela vai indo bem ou vai indo mal, a responsabilidade é dos governadores e prefeitos, segundo decisão do STF." (07/07/2020)

"Eu fui aliado de tomar decisões no tocante ao tipo de isolamento ou quaisquer outras formas de impedir as pessoas de circular." (07/07/2020)

"O governo federal fez a sua parte, já que o STF disse claramente lá atrás que as medidas restritivas eram de competência exclusiva de governadores e prefeitos." (09/07/2020)

"Eu achei que foi um exagero [por parte do STF] nos alijar completamente dessas questões de lockdown. (16/07/2020):

"Com todo o respeito, o STF decidiu que as medidas restritivas eram de competência exclusiva de governadores e prefeitos." (06/08/2020)

Como se pode observar ao ler o conjunto de declarações acima, Jair Messias Bolsonaro presidente do Brasil, afirma que o governo federal não tem autoridade para decretar medidas de isolamento social, as quais conforme seus depoimentos seriam de responsabilidade exclusiva de governadores e prefeitos. As declarações do presidente todavia não procedem. O STF (Supremo Tribunal Federal) não eximiu a Presidência da República de atuar contra a disseminação da Covid-19. De acordo com o STF, seria função da Presidência coordenar as diretrizes de isolamento a serem seguidas em todo o país, entretanto, face a omissão ou descaso do governo federal e a insistência da Presidência de República em negar a gravidade da pandemia, o STF se viu constrangido, para impedir que a situação culminasse em um número ainda maior de mortes pela Covid-19, a assegurar autonomia aos Prefeitos e Governadores para tomarem as medidas cabíveis e recomendadas pela ciência de proteção à vida da população em seus respectivos estados e municípios.

Em mais uma manifestação, digamos: “problemática”, quando a população face ao aumento vertiginoso do número de óbitos provocados pela pandemia cobra do governo federal o fato de ter tentado impedir o isolamento social, Bolsonaro declara em visível tentativa de imputar à OMS a responsabilidade por sua conduta:

“Sobre as questões da OMS, Organização Mundial da Saúde. É uma organização que o tempo todo tá na direita e tá na esquerda, tá oscilando, bastante contraditória. Já assumiu posições aí favorável ao isolamento e contrária ao isolamento (...)”(11/06/2020)

A declaração acima é também impropriedade. A OMS (Organização Mundial da Saúde) sempre listou o isolamento social como uma das maneiras de conter a disseminação do novo corona vírus.

Um outro exemplo de declarações falsas ou afirmações impropriedades da parte do Presidente Jair Bolsonaro nos é dado quando ao ser questionado porquê insiste em manter à frente do Ministro da Saúde um ministro interino, sem formação médica e experiência no controle de doenças infecto contagiosas, mesmo diante do número crescente de mortes pela Covid-19 no país, ele afirma, à guisa de resposta:

“Na França, o Macron trocou o ministro da Saúde, ele viu que fez coisa errada e já assumiu os seus erros. (18/07/2020)

Mais uma vez trata-se de uma declaração falsa. O ministro das Solidariedades e da Saúde da França, Olivier Verán, foi nomeado no dia 16 de fevereiro deste ano para substituir Agnès Buzyn que renunciou ao cargo para se candidatar à prefeitura de Paris e segue no comando da pasta.

O uso recursivo de afirmações que os fatos e a ciência evidenciam sem fundamento na realidade, quando não falsas, as quais contribuem para desorientar a população quanto às medidas necessárias à contenção do avanço da contaminação pela Covid-19, revelando-se como uma característica intrínseca à personalidade do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Fato esse que induziu o Ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal a acusá-lo de estar praticando uma política “genocida”^x

Há também a destacar as situações em que a mentira é utilizada como estratégia para se colocar diante de seus apoiadores na posição de vítima ou, ainda, para tentar produzir na sociedade um falso sentimento de ameaça à institucionalidade no país.

“Eu tô respondendo processo dentro e fora do Brasil sendo acusado de genocídio, por ter defendido uma tese diferente da OMS.” (23/04/2020)

A declaração acima, ilustrativa da tentativa de se colocar na posição de vítima reporta não a processos, conforme a declaração do Presidente mas a quatro denúncias apresentadas contra ele no Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia responsável pelo julgamento de graves violações de direitos humanos, como genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

A primeira delas registrada em 2019 solicita à corte de Haia que o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, seja investigado por "incitação ao genocídio e ataques sistemáticos contra populações indígenas", em consequência do que é qualificado no processo como "desmantelamento" de políticas públicas de proteção a esses povos e ao meio ambiente. Já as outras denúncias, depositadas em 2020, acusam de genocida a política presidencial de desqualificação do isolamento social como medida de proteção à vida.^{xi}

Como exemplo da tentativa de manter vivo junto aos seus seguidores à imagem de um suposto e ameaçador inimigo, encontra-se na declaração presidencial abaixo, na qual ele acusa "a grande mídia", leia-se a imprensa livre no país e autoridades estaduais de estarem "de olho" em sua cadeira. Ou seja, cobiçando seu cargo:

Se puder antecipar minha saída, eles farão isso daí. Mas da minha parte não terão oportunidade disso.”^{xii}

Exemplo de conduta que induz na população o sentimento de quebra da institucionalidade por parte de instituições responsáveis pelo cumprimento e defesa da lei nos é dado pela reação do presidente da república à operação da Polícia Federal/PG de investigação do conteúdo falso (fake News) que atingiu o Supremo Tribunal Federal/STJ.

Determinada pelo Ministro Alexandre de Moraes do STJ, a operação envolveu 29 buscas em vários estados e nas residências de figuras conhecidas do meio político e empresarial e blogueiros entre eles o Deputado Roberto Jefferson, o empresário Luciano Hang e o blogueiro Allan Santos

Em pronunciamento em frente ao Palácio da Alvorada indagado por jornalistas sobre a referida operação que apontava entre os investigados indivíduos publicamente conhecidos como integrantes de sua rede de apoio entre os quais Luciano Hang e o blogueiro Allan Santos, o presidente declara:

As coisas têm limite. Ontem foi o último dia e peço a Deus que ilumine as poucas pessoas que ousam se julgar mais poderosas que outros que se colocam no seu devido lugar, que respeitamos <..> (28/05/2020)

Declaração essa que ele complementaria, em discurso proferido pela CNN Brasil^{xiii} na mesma noite, em evidente manifestação de descontrole verbal haja visto o decoro exigido do cargo que ocupa:

"acabou, porra!" (28/05/2020).

Poderíamos listar inúmeras outras situações ocorridas entre março e agosto de 2020, conforme o período analisado no presente artigo, que tiveram como ator principal o Presidente Jair Messias Bolsonaro, as quais são representativas de descontrole verbal, de quebra de decoro exigido do mandatário máximo de um país; de negatividade e de recusa em admitir fatos cientificamente comprovados bem como de incitação à população a condutas que colocam em risco a vida. Ou seja, situações que exemplificam a conduta do Presidente Jair na condição de responsável máximo pelo bem estar da população do Brasil e, portanto, gestor da pandemia da Covid-19.

Acreditamos, todavia, que as declarações acima reunidas são suficientes para revelar senão o todo, uma faceta marcante da política de gestão da pandemia do Corona vírus e da personalidade do presidente.

O que as evidências empíricas e a argumentação teórica aqui reunidas nos permitem esclarecer sobre alguém com um discurso tão pouco lapidado do ponto de vista do processo civilizatório e, de um modo geral tão deplorável no que tange a gestão da pandemia da Covid-19?

E, como explicar que diante da evidencia dos fatos o presidente esse mesmo cidadão, o Presidente Jair Messias Bolsonaro, conte ainda com milhões de fiéis apoiadores conforme apontam os dados da pesquisa sobre sua popularidade realizada em agosto de 2020^{xiv}?

4.1. O auxílio emergencial de R\$ 600,00

Aprovado por pressão do Congresso Nacional, em 07 de abril de 2020 o auxílio estabelece o pagamento pelo período de três meses de abril, maio e junho de um auxílio mensal de R\$ 600,00 (cerca de 100 euros) aos trabalhadores informais, autônomos e desempregados sem renda fixa, trabalhadores intermitentes ativos; mães adolescente e demais categorias de cidadãos em situação de precariedade e que possuam inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF). Prorrogado para os meses de julho e agosto, até 03 de agosto de 2020 o auxílio emergencial já havia sido pago à 66,2 milhões de pessoas^{xv}. Considerada a população total do Brasil estimada para agosto de 2020, em 211.755.692 pessoas^{xvi}, isso significa que cerca de 31% da população brasileira beneficiou-se do auxílio emergencial.

Um dos fatores que se poderia apresentar como justificativa para 37% da população brasileira ter avaliado o desempenho do Presidente Bolsonaro, como ótimo ou bom em pesquisa realizada entre os dia 23 e 24

de agosto de 2020, seria a concessão do auxílio emergencial, o que faz sentido tendo-se presente o fato de sermos ainda uma sociedade com fortes resquícios do clientelismo entendido como um sistema de relações interpessoais no interior do qual, os bens públicos são privatizados, e o acesso à direitos ao invés de ser assegurado, é discricionariamente concedido pelos “donos do poder”, como uma forma de favor e generosidade pessoal. O que desperta no homem do povo o sentimento de gratidão, quando recebe aquilo que de direito lhe cabe.

O auxílio emergencial somado à presença de elementos patrimonialistas/clientelistas intrínsecos à política brasileira, como uma hipótese que nos parece bastante viável para aportar sentido à popularidade registrada pelo Presidente Bolsonaro em agosto de 2020.

É possível pois se supor uma forte correlação entre a popularidade presidencial e a concessão do auxílio emergencial, regulamentado através do Decreto nº 10316 de 07 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus” (DECRETO LEI 10316: 2020)

4.2. Avidéz e ressentimento: dinâmicas complementares diante do inimigo em comum

Há todavia outros fatores que necessitam ser considerados, um deles é o crescimento da direita e o avanço do autoritarismo no mundo, denunciado por inúmeros estudiosos do tema entre os quais Michel Castels (2018), Boaventura de Souza (2016), Madeleine Allbright (2018).

Uma análise aprofundada nos exige considerar igualmente as condições sob as quais o capitão aposentado Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil; a natureza do fenômeno político que o consagra presidente; a forma como a massa se organiza quando desatendida em suas reivindicações, bem como características inerentes à personalidade do próprio presidente reveladas através do modo como ele vem gerenciado a pandemia do Corona vírus no Brasil.

Iniciemos pelas condições sócio econômicas e políticas do Brasil, em 2018 que culminam com de eleição de Jair Messias Bolsonaro Presidente da República.

Como destacado anteriormente ele é eleito com 39,23% dos votos da população brasileira apta a votar em meio um ambiente de insatisfação generalizada, com 12,4 milhões de trabalhadores desempregados; incerteza econômica que abrange o conjunto da sociedade brasileira, dos trabalhadores de baixa renda carentes de emprego, passando pela classe média desejante de serviços públicos de qualidade ao empresariado nacional ávido por reformas econômicas capazes de destravar a economia e incrementar suas margens de lucro.

Impera no país um ambiente de descrédito generalizado com relação à política e às Instituições situação que se agrava diante da erupção de escândalos de corrupção que se sucedem com velocidade superior à capacidade mesmo da sociedade brasileira de absorvê-los.

Economia travada, desemprego nas alturas, insatisfação generalizada conjunto de fatores que será habilmente manipulado por uma direita ávida para retomar o comando do país após 4 períodos sucessivos de governos petistas e à cujos interesse atende a figura do capitão da reserva Jair Messias Bolsonaro. Deputado por 7 mandatos, destituído de representatividade e liderança política tendo em 27 anos como parlamentar conseguido aprovar não mais dois projetos de sua autoria de escassa significação política, o capitão Bolsonaro é identificado pela elite empresarial brasileira como o candidato certo para uma vez eleito, realizar as reformas entendidas pelo referido empresariado como necessárias à retomada da economia e florescimento dos interesses do capital.

Acusado de racismo, homofobia e assédio, o candidato Bolsonaro profere para o povo um discurso de valorização da família, dos valores cristãos e de exaltação do nacionalismo. Com o apoio da igreja

evangélica em vertiginoso crescimento no Brasil constrói, para uma população ressentida com a política e as instituições e carente de um líder em quem depositar sua esperança de um mundo melhor, a imagem de uma liderança humanista, baluarte da ética e feroz inimigo da “velha política”. Em suma, apresenta-se como o messias capaz de conduzir o povo sofrido senão ao paraíso, a um mundo melhor livre do patrimonialismo como sinônimo de um sistema de poder que solapa a população para satisfazer o apetite insaciável de políticos que loteiam as riquezas do país ao sabor de seus corruptos interesses pessoais. Não é demais lembrar as palavras de Freud:

“lá onde o indivíduo não encontra satisfação em seu próprio eu, pode buscar essa satisfação em um ideal do eu diferente de si, objeto esse investido de pulsão afetiva que passa a operar em substituição ao eu ideal e que “se pode dizer absorve o sujeito” (1981, p.177)

Não é demais lembrar também a afirmação de Albright (2018:17) ao apontar condições propícias à emergência do fascismo como modo de governar

“quanto mais dolorosa for a origem da mágoa, mais fácil é para um líder fascista ganhar seguidores e oferecer a expectativa de renovação ou prometer restituir-lhes o que perderam” (Albright:2018:17).

As declarações do hoje Presidente Jair Bolsonaro demonstram igualmente, de modo intencional ou não, particular habilidade para manter viva entre seus seguidores a imagem do governante ameaçado por inimigos imaginários que colocam em risco a institucionalidade do país. Lugar este de “inimigo” reservado durante o período eleitoral ao Partido dos Trabalhadores, então seu principal concorrente na disputa para a presidência e, no presente, para a imprensa; para aqueles que se contrapõem a ele por respeito ao que reza a ciência e a medicina; bem como para o conjunto dos cidadãos e cidadãs e de instituições cujas posições diferem da vontade presidencial.

A esses, aos que discordam de suas opiniões, ou das imagens que deseja transmitir faz parte da conduta do Presidente: a agressão verbal; acusações sem lastro na realidade e, eventualmente, o uso da mentira para desacreditá-los.

Já para seus seguidores, que aqueles se inclinam à sua vontade e rezam pela mesma cartilha que ele, o Presidente Bolsona é prodigo em retribuições. Para personagens de alto escalão retribui a fidelidade com honorarias e cargos. Como exemplo podemos apontar o caso do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, o qual apesar do péssimo desempenho à frente do Ministério, de ser execrado pelo meio acadêmico; da crítica contundente dos congressistas e do núcleo militar no governo, o que acabaria por conduzir a sua saída do governo, foi indicado pelo Presidente para assumir uma das diretorias do Banco Mundial. Já para o homem comum, para aqueles que pertencem à categoria “povo” e trazem na pele as marcas do ressentimento retribui a fidelidade com a “oportunidade” de fazerem parte de uma comunidade, de serem “membros de um clube do qual os outros, frequentemente ridicularizados são deixados de fora” (op.cit: 2018:17).

Paralelamente para manter viva a adesão da massa “extraordinariamente sugestível e crédula e destituída de espírito crítico” (Freud: 1981:171) e o “vínculo de reciprocidade e de afeto”, o Presidente Bolsonaro frequenta as periferias populares, insere-se em farmácias e padarias frequentadas pelo povo comportando-se como o cidadão comum movido por profunda empatia pelo povo e pelas crianças com as quais posa para fotografias e selfies.

4.3. Bolsonaro liderança populista e a corrupção como significante vazio.

Cabe retomar, aqui, a análise de Laclau ao referir-se ao populismo como uma construção política com lógica social própria, cujas condições são dadas a partir de um corte no *establishment* em decorrência da insatisfação do povo para com a estrutura institucional vigente, face ao não atendimento de suas demandas

que embora díspares entre si, se aproximam através de um processo de equivalência despertado pela necessidade sentida de unirem-se todos para lutar contra um inimigo comum real ou imaginário, que opera como elemento contra o qual se constitui a nova identidade do povo, abrindo-se à partir daí a possibilidade de emergência de um novo líder elevado à uma condição idealizada pelo povo.

Conforme Laclau existiria ainda uma terceira dimensão a ser preenchida para a emergência da liderança populista: a articulação das várias demandas (dos trabalhadores desempregados, dos trabalhadores informais, da classe média e do empresariado) em torno de um significante comum *vazio*. Vazio, não no sentido de vago e indeterminado, mas por homogeneizar demandas díspares em torno de uma pessoa, situação, coisa que para cada um e para todos corresponde a uma totalidade, no caso em análise: a corrupção, ou a Lava Jato ou, ainda, aquilo que Bolsonaro significa para cada segmento.

Sob o governo do Presidente Bolsonaro vivemos em um processo permanente de perversão do sentido. Ao falsear os fatos, ao romper com princípios básicos de civilidade através de um discurso frequentemente entremeado do grotesco e de declarações imprecisas, ele ameaça as regras do jogo democrático e desestabiliza os adversários políticos.

Ao analisar o discurso de militantes fascistas, assim conclui Adorno (2007, p.138): “a técnica oratória dos demagogos fascistas é de natureza astuciosamente ilógica”

4.4. O fascismo como elemento estruturante do discurso

Uma terceira categoria apontada por Laclau, como indispensável à análise do político, conforme anteriormente analisado, é o discurso compreendido como quaisquer conjuntos de elementos onde o que possibilita a apreensão do sentido, é a relação entre os elementos. O que significa também dizer que analisar o discurso requer analisar o deslocamento de sentido que ele opera.

Para a análise do discurso bolsonarino vale lembrar duas observações de Albright (2018, p.17), a primeira delas: “o fascismo deve ser visto menos como uma ideologia política e mais como uma forma de tomar e controlar o poder”, onde a violência, a grosseria, o desprezo pelo sofrimento do outro fazem parte da modalidade fascista de gestão da Rex Pública.

A segunda categoria referida por Albright remete à relação entre o sentimento de perda, o ressentimento e a disposição psíquica para aderir à liderança fascista.

Como vimos anteriormente, o período que antecedeu à eleição do capitão reformado, Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República Federativa do Brasil, foi marcado por um sentimento de profundo desencanto e desalento de grande parte da população brasileira, inclusive de antigos seguidores do petismo decepcionados e ressentidos com a traição do partido aos valores de ética, tão amplamente divulgados e referidos ao longo dos anos de governo petista, cujas origens remetem ao encontro em 1979, no Rio Vermelho em São Paulo, quando é fundada a CUT, a Central Única dos Trabalhadores, baluarte do petismo no país.

Revedo-se as características do discurso fascista, conforme apontadas por Adorno (2007:138), identificamos fortes similitudes entre o atributo “astuciosamente ilógico” destacado pelo filósofo alemão e distintos momentos do discurso do Presidente Bolsonaro, no que tange à gestão da pandemia da Covid-19.

Paralelamente é fácil observar na interlocução do Presidente com seus seguidores populares, a mescla da figura do líder, do “messias” condutor de uma causa eticamente inquestionável que inclui a defesa da família; do nacionalismo simbolizada pelo apego à bandeira e da retomada econômica, com a imagem do cidadão comum caloroso e tão frágil e simples quanto seus irmãos, o povo.

Para aqueles que o seguem, enquanto forem úteis ao seu projeto pessoal o único que parece verdadeiramente contar para ele, assegura proteção e estimula a inclusão de novos benefícios tão caros à lógica clientelista

Aos seguidores de mais alto nível hierárquico contempla com honrarias e o acesso a cargos prestigiosos. Aos seguidores da base partícipes do jogo político permite em troca da lealdade, o prazer de bisbilhotar, de inserir-se na vida alheia, de produzir boatos, não raro assumindo ele próprio – o líder fascista - o lugar do personagem burlesco.

Ao complementar a descrição dos atributos do líder fascista Adorno destaca:

“ainda que seja verdade que a mentalidade do agitador fascista reflita em alguma medida a confusão mental de seus possíveis seguidores, e também de seus líderes, serem eles próprios “de tipo histérico ou mesmo paranoico”^{xvii}, eles aprenderam a partir da vasta experiência e do exemplo enfático de Hitler, como utilizar suas próprias disposições neuróticas ou psicóticas <...> os típicos líderes fascistas <...> não conhecem inibições <...> violam tabus

Ao violar os tabus sociais herança do processo civilizatório, o líder fascista oferece aos seguidores a festa e o divertimento.

Como sinaliza Freud (1981), a liderança populista precisa lançar mão recursivamente da transgressão para saciar o apetite pantagruélico se seus ressentidos apoiadores. Rompe-se com a ordem para satisfazer a horda.

O Presidente Bolsonaro tem se comportado na gestão da pandemia da Covid-19, como o ressentido que luta contra tudo e todos que “ousam” não se submeter a sua vontade. Em sua conduta destaca-se a ausência de pudor em refutar os princípios da ciência; em ferir o decoro e, em faltar com o respeito ao direito à diversidade princípio este básico à manutenção da ordem democrática. Sua conduta lembra a do ressentido que faz uso do ressentimento e da vulnerabilidade do povo para obter mais e mais poder.

Talvez pudéssemos dizer que os “bolsominos”, os fiéis seguidores do Presidente Jair Messias identificam-se (a lógica da equivalência) a ele, não apenas em função de suas “demandas” não contempladas em governos anteriores mas, igualmente, em “seus ressentimentos” e em sua ferida narcísica. Ferida essa que em seu sonho autoritário, as lideranças fascistas sabem utilizar em benefício da satisfação de seus interesses pessoais.

Considerações finais

Com relação ao conjunto de fatores que é preciso considerar para aportar sentido ao momento político, que estamos vivendo enquanto parcela lúcida da sociedade brasileira cabe lembrar o caráter *necropolítico* de nossa sociedade (Safatle, 2020), cujas origens remetem ao regime de acumulação capitalista estruturado com base no latifúndio escravagista que institucionalizou uma distância ontológica entre os sujeitos, cristalizada em uma composição estrutural na qual tem-se, de um lado, o sujeito pessoa, o cidadão e, de outro o sujeito *coisa*, o não cidadão destituído de direitos, cuja humanidade foi dissolvida pelo racismo, o clientelismo, o patrimonialismo, ao ponto de ter-se o “sujeito matável e cuja morte representa apenas mais um número”, (Safatle, 2020).

Em ensaio recente em que buscar compreender sob quais condições práticas um governo passa a exercer o direito de matar, de deixar viver ou expor à morte e, o que a implementação de semelhante política informa sobre a pessoa condenada e, seu algoz, Achille Mbembe (2016) filósofo e historiador camaronês, aponta a ideologia da raça como elemento deshumanizador estruturante do direito de matar.

Sentimento de menosprezo em função da cor da pele e da condição social precária exacerbado na pandemia, que como os dados têm demonstrando atinge com particular violência as camadas mais desmunidas da sociedade brasileira. Classe média alta, ricos e super ricos quando contaminados pela Covid-19 têm, demonstrando maior resiliência no combate à doença. Fato esse que nos remete à observação de De Melo Pessanh (2018, p. 37):

“nem todos os corpos são matáveis, o corpo matável é aquele que está sob a iminência de morte a todo instante, sob o corpo matável opera a lógica da moral invertida ou moral suspensa.

Situação essa historicamente institucionalizada, de suspensão estrutural do estado de direito que vem sendo apontada desde Florestan Fernandes como elemento constitutivo do Estado Brasileiro.

Num mundo de extremo excedente humano sobre o mercado de trabalho, a vida de alguns é considerada não apenas como desnecessária, mas igualmente como um “custo”, como um peso (Safatle, 2020).

Para se compreender o tempo presente da política brasileira faz-se preciso articular nossa especificidade, nossa formação histórica marcada pelo patrimonialismo, o clientelismo e o racismo e, um presente atravessado por demandas não atendidas articuladas em significantes vazios como a “luta contra a corrupção” e a “lava jato”, ao que acontece no plano mundial onde a ascensão dos partidos de direita e do fascismo é acompanhada do repúdio ao estrangeiro em situação de vulnerabilidade e, em particular, aos refugiados.

O Presidente Jair Messias Bolsonaro soube canalizar em benefício próprio tomando como significativo vazio a “corrupção política” e como o inimigo ameaçador o “petismo”, a insatisfação do grande empresariado nacional; de camadas da classe média; de lideranças intelectuais decepcionadas com a crise ética que atingiu parte das principais lideranças do Partido dos Trabalhadores e de membros das classes C e D, desalentadas com a perda do poder de consumo ocorrida concomitantemente ao segundo mandato da presidenta Dilma.

O capitão reformado Jair Messias Bolsonaro não apenas se elegeu. Para implementar seu projeto de governo tem se servido de práticas discursivas de perversão do sentido das palavras através das quais, intencionalmente ou não, desestabiliza o sentido e promove o caos nas regras do jogo político. Estratégia esta muito perigosa da perspectiva da preservação do processo democrático na medida em que o caos institucional e a insatisfação generalizada - como a história é ampla de exemplos - é um “prato cheio” para a emergência de regimes fascistas, em meio ao qual os governantes que alimentam o caos tendem a emergir como heróis e salvadores da pátria.

Com relação à pergunta que nos fizemos acerca da permanência no tempo de elementos da estrutura de poder e da sociabilidade identificados por Holanda em 1936, portanto há quase 100 anos, acreditamos ser possível afirmar: que sim, características do patrimonialismo e do clientelismo permanecem vivos e nos auxiliam na interpretação do significativo índice de aprovação recentemente atribuído ao presidente Bolsonaro. O povo, conforme a tradição clientelista, agradece com a aprovação um benefício, o auxílio emergencial, que na realidade é um direito seu.

A análise acima apresentada não pretende esgotar o conjunto de fatores que teriam contribuído à manutenção da institucionalidade no Brasil bem como da recente popularidade do Presidente Jair Messias

Bolsonaro, apesar das recursivas declarações agressivas ao estado de direito, dele e de membros de sua família.

Um ator cuja presença no cenário político brasileiro não foi por nós analisado e que sem sombra de dúvida tem exercido um papel fundamental na preservação da institucionalidade no Brasil, é o Supremo Tribunal Federal. Donde a sugerimos que estudos futuros se dediquem à análise dessa questão.

BIBLIOGRAFIA:

Adorno. T. W. (2007). "Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise". São Paulo. UNESP.

Albright, Madeleine. (2018) Fascismo em Alerta. Crítica. São Paulo.

Buarque de Holanda, Sérgio. (1978). Raízes do Brasil. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978

Cavalcanti Alves, Ana. (2010). O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96.

Costa, Sérgio. (2014) O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Revista Sociedade e Estado. vol.29 no.3 Brasília Sep./Dec.

DECRETO LEI 10316. Presidência da República. 07/07/2020. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm Consultado em 20/08/2020

De Melo Pessanh, Eliseu Amaro. (2018) Necropolítica & Epistemicídio: As Faces Ontológicas da Morte no Contexto do Racismo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Metafísica. Instituto de Ciências Humanas, UNB.

Fernandes, Florestan. (1968) Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro. Zahar.

Freud, Sigmund. FREUD. (1981). *essais de psychanalyse*. Paris., édition Payot.

Freud, Sigmund. (2011) Psicologia das Massas e análise do eu. In: Obras completas. Vol. 15. São Paulo. Companhia das Letras.

Freyre, G. (1936) Casa-Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Schmidt.

GAZETA DO POVO. Aprovação de Bolsonaro atinge maior nível desde o começo do mandato, diz Datafolha. In: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/datafolha-pesquisa-aprovacao-bolsonaro-agosto-2020/> Consultado em 15/08/2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua. In: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/850ec8a2e25fb7946130a62beaaf5463.pdf. Consultado em 12 de maio de 2020.

INTERCEPT BRASIL. Divulgado através do canal digital OUTRAS MÍDIAS. 18/05/2020.

Laclau, Ernesto. (2011) Emancipação e Diferença. Rio de Janeiro EdUERJ.

Laclau, Ernesto. (2013) A Razão Populista (2005). São Paulo. Três Estrelas.

Mbembe Achille. (2016) Necropolítica. In Arte & Ensaio. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. n. 32. dezembro p. 123-151.

Nun, Jose. The end of work and the "marginal mass" thesis. Latin American Perspectives. Vol 27 n.1 (January 2000), p: 6-32.

Oliveira Vianna, Francisco José. (1938) Evolução do povo brasileiro. São Paulo: Companhia Nacional.

PFDC. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. PGR-00185390/2020. Nota Técnica nº 11/2020/PFDC/MPF, 15 de maio de 2020.

Ricupero, Rubens. Seminário virtual 100 anos de Celso Furtado, que desenvolvimento queremos para o Brasil?. Governo do Estado do Ceará. 12/08/2020.

Rosanvallon, Pierre. (2020) Le siècle du populisme. Histoire, théorie, critique. Paris. Seuil.

Safatle, Vladimir (2016). O circuito dos afetos corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo. Autêntica. 2018.

Safatle, Vladimir (2020). Psicologia do Fascismo O atual estágio do fascismo no Brasil e o Papel dos Trabalhadores. Live promovida Escola Aberta DIEES. 19 de Junho de 2020. Disponível no Youtube. <https://youtu.be/-kJc-KsY8t4>

Souza, Jessé. (2006) A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. In: Souza, Jessé (Org.) A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira. Belo Horizonte: UFMG, p. 23-53.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. “Brasil tem 147,3 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2018”. <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Agosto/brasil-tem-147-3-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2018>. Consultado em 20/08/2020.

ⁱ Oliveira Vianna, contemporâneo de Freyre e Holanda postulava a presença de correlação positiva entre posições sociais e “capital eugênico”. Conforme a tese defendia por ele o potencial de desenvolvimento de cada raça seria geneticamente condicionado, fato este que explicaria porque os “brancos puros” ocupariam uma posição superior na hierarquia social brasileira, enquanto mestiços, negros e índios estariam condenados, por uma questão genética, a posições inferiores. Tese essa através da qual Viana postulava que as posições sociais superiores abocanhadas pelos colonizadores branco seriam uma consequência “natural” de seus atributos genéticos. Como aponta Costa (2014), ao aportar um suporte pretensamente “científico” à opressão e à exploração dos não brancos, pelo homem branco representante da pretensa “raça pura”, a teoria de Viana teria servido também para desmobilizar os movimentos das classes populares urbanas que começam a ecoar no Brasil a partir dos anos 1920 paralelamente ao processo de industrialização pelo qual passava o país. (COSTA: 2014)

ⁱⁱ Compreendida por Laclau como processo de construção permanente associado à falta constitutiva do sujeito. Um sujeito errante, que busca a sutura de algo que lhe falta e que não é reconhecido por ele mesmo. Cada nova identificação correspondendo a uma aposta do sujeito em um projeto que vai completá-lo temporariamente. LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 2, vol. 1, out., 1986

ⁱⁱⁱ Conforme ele a “vagueza e a indeterminação não são deficiências de um discurso sobre a realidade social, mas em algumas circunstâncias estão inscritas na realidade social”. Laclau op. cit.p. 115).

^{iv} Grifo do autor

^v Destaque do autor

^{vi} Grifo do autor.

^{vii} A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (PFDC:2020), através de Nota Técnica (1) manifestou repúdio à realização do ENEM em novembro de 2020, conforme insistia o Ministro da Educação argumentando que o conteúdo escolar ministrado durante o período de pandemia é “cercado precariedade, diversidade de situações e, principalmente, desigualdade” (PGDC:2020), e que realizar o ENEM conforme determinado pelo Ministro viria aprofundar ainda mais as desigualdades ferindo o que reza o artigo IIIº da Constituição de 1988, através da qual a sociedade brasileira assume o compromisso de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, IV), e de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, III).

^{viii} <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/03/bolsonaro-coronavirus-gripezinha-genocida/> Consultado em 27/08/2020

^{ix} BBC News. 07/07/2020. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>. Consultado em 27/08/2020.

^x Em 15/04/2020, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, assim se pronunciou com relação à conduta do presidente Jair Bolsonaro com relação à pandemia do Corona Vírus no Brasil: “O Presidente da República dispõe de poderes, inclusive para exonerar seu ministro da Saúde, mas ele não dispõe do poder para, eventualmente, exercer

uma política pública de caráter genocida. Poder 360. 15/04/2020. <https://www.poder360.com.br/coronavirus/gilmar-diz-que-bolsonaro-nao-dispoe-de-poderes-para-fazer-politica-genocida/>. Consultado em 28/08/2020

^{xi} https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/bbc/2020/07/21/interna_internacional,1168485/qual-o-risco-real-que-bolsonaro-enfrenta-no-tribunal-penal-internacion.shtml. Consultado em 27/08/2020.

^{xii} Estado de São Paulo. 23/03/2020. <https://j.c.ne10.uol.com.br/politica/2020/03/5603201-o-povo-sabera-que-foi-enganado-pelos-governadores-e-pela-midia-sobre-coronavirus--diz-bolsonaro.html>. Consultado em 28/08/2020

^{xiii} <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/28/bolsonaro-critica-acao-do-stf-e-diz-que-tudo-tem-limite-acabou-porra.htm?cmpid=copiaecola>. Consultado em 28/08/2020

^{xiv} O Globo. 13/08/2020. Pesquisa da Datafolha realizada entre os dia 11 e 12 de agosto de 2020 com margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, registra que o índice de aprovação de Bolsonaro subiu para 37%, a melhor do mandato, e o de reprovação caiu para 34%. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/13/bolsonaro-tem-aprovacao-de-37percent-e-reprovacao-de-34percent-diz-datafolha.ghtml>. Consultado em 28/08/2020

^{xv} Valor Econômico. 3/08/2020. <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/08/03/beneficiarios-do-auxilio-emergencial-chegam-a-662-milhoes.ghtml>. Consultado em 28/08/2020

^{xvi} Agência Brasil. 27/08/2020. População do Brasil passa de 211,7 milhões estima IBGE. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/populacao-do-brasil-passa-de-2117-milhoes-de-habitantes-estima-ibge#:~:text=Publicado%20em%2027%2F08%2F2020,%C3%A9%20de%20211.755.692%20pessoas>.

^{xvii} Destaque do autor